

# **A EDIÇÃO AUTORAL: SUA CONSERVAÇÃO E IMPLICAÇÕES**

Ronaldo da Mota Vieira (UNIFAI/FACEQ)\*

## **Resumo**

Com este artigo pretendemos analisar a preservação do ponto de vista da produção autoral literária independente e as consequências de sua perda, no que concerne à contextualização histórica, como ponto de referência intelectual às futuras gerações sobre hábitos, costumes, problemas sociais e culturais, comportamentais, ideias e visão particular sobre a realidade de nosso tempo que, conforme notamos, são utilizados como objeto de análise comparativa e fator de discernimento, para que seja possível o mapeamento do momento em questão, suas implicações e influências sobre o período atual e futuro, nos diversos campos sociais.

**Palavras-chave:** Edição autoral. Preservação da memória. Literatura marginal. Literatura independente.

## **Abstract**

With this article we aim to analyze the preservation of the viewpoint of literary production independent copyright on their various media, and the consequences of its loss with respect to historical contextualization as an intellectual focal point to future generations about the habits, customs, problems social and cultural, behavioral, ideas, particular insight into the reality of his time, among others, which usually, as noted, are used as the object of comparative analysis and discernment factor, so that the mapping of the moment in question is possible, their implications and influences on the current and future period in various social fields.

**Keywords:** Authorial edition. Conservation of memory. Marginal literature. Independent literature.

## **Introdução**

Com esta pesquisa pretendemos analisar em primeiro plano, a preservação do ponto de vista do autor da produção autoral literária, independente de seus suportes, e as prováveis consequências no caso de sua perda, esquecimento ou simples ignorância, no que diz respeito

---

\* O autor possui graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Assunção UNIFAI (2012). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em biblioteconomia. Pós-graduação em Gestão de Patrimônio e Cultura pelo centro Universitário Assunção (2013). É responsável pela Biblioteca da faculdade Eça de Queirós – Faceq.

à contextualização histórica como ponto de referência intelectual às futuras gerações, sobre hábitos, costumes, problemas sociais e culturais, comportamentais, ideias, visão particular sobre a realidade de seu tempo, etc., que normalmente, conforme notamos, são utilizados como objeto de análise comparativa e fator de discernimento, para que seja possível o mapeamento do momento em questão, suas implicações e influências sobre o período atual e futuro nos diversos campos sociais. Posteriormente procuramos analisar o conjunto de fatores que levam a sociedade, o mercado editorial, as políticas públicas (entre outros) a ignorarem, ou tentarem apagar da história determinados textos.

Por fim, compilamos diversos exemplos de autores e obras, que por opção própria ou por forças maiores, caíram no esquecimento por um determinado tempo, mas que ressurgiram com tamanha força e representatividade num determinado momento, posterior a sua criação, que, não raro, se tornaram ícones da literatura mundial, influenciando grandes nomes nas diversas áreas do conhecimento humano e atividade social.

### **1 Edição Autoral Marginal... Como é Feita Sua Preservação?**

Onde e de que forma os autores independentes, alternativos de edições autorais ou próprias, e da também chamada “literatura marginal” guardam e preservam suas produções autorais? Quando questionamos o local e a forma pela qual se preserva, obviamente nos vem à mente a seguinte questão: Em qual suporte é preservado?

Normalmente, quando se fala em conservação de documentos, logo se pensa em documentos impressos, que de acordo com Cassares (2000, p.11) remete à necessidade de se conhecer a natureza dos materiais e seu comportamento diante dos fatores de degradação para que se possa estabelecer critérios de combate aos elementos nocivos e para que se impeça sua perda para sempre. A autora divide a conservação preventiva de documentos impressos da seguinte forma:

**Preservação:** é o conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

**Conservação:** é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

**Restauração:** é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico. (CASSARES, 2000, p.12)

Conway (1997, p. 13) defende que

[...]a preservação tradicional, como forma responsável de resguardar essas informações, funciona somente quando a prova tem uma forma física, quando o seu valor é superior aos custos de sua manutenção, e quando os papéis desempenhados pelos seus criadores, responsáveis por sua guarda e usuários são mutuamente reforçados.

Atualmente, levando-se em conta as facilidades de acesso à Tecnologia da Informação, levantaram-se algumas possibilidades como, por exemplo: material impresso, gravado em arquivos eletrônicos ou em suportes documentais como CDs, DVDs, *pendrives*, HDs, etc, o que certamente resolveria a questão da preservação, não fossem outros problemas comumente encontrados como: inovação e renovação dos sistemas, atualização de tecnologias (*softwares e hardwares*), sem contar com as antigas questões ambientais (calor, luz, umidade, etc.), questões humanas (manuseio inadequado, roubo, entre outros), que no final das contas respondem aos maiores problemas para a conservação/preservação de acervos em entidades especializadas, feito por profissionais especializados e com formação adequada, então, o que dizer sobre esse material (produção literária marginalizada/independente) em locais ou mãos de pessoas comuns, sem o devido preparo para sua conservação?

Levando em consideração aspectos da conservação de documentos em formato eletrônico, Conway (1997, p. 13) ressalta que “o universo digital transforma os conceitos da preservação tradicional: em vez de garantir a integridade física do objeto, passa a especificar a geração e a manutenção do objeto cuja integridade intelectual é sua característica principal”.

A partir deste pressuposto, a preservação levanta outra questão, que não somente a preservação material da produção literária, mas que acreditamos, deve ser vista com a mesma preocupação dispensada à sua conservação física, ou seja, a conservação do ponto de vista do artista (escritor), o que, aliás, é o foco de nossa pesquisa; suas ideias e visão sobre a realidade de seu tempo, os costumes, problemas sociais, comportamentais, etc., que normalmente são utilizados por gerações futuras para que seja possível ser traçada uma contextualização do momento histórico, suas implicações e influências sobre as novas gerações.

A respeito da conservação e utilidade dos documentos, Vergueiro (2010, p.75-76) defende que devem ser mantidos em um acervo que tem vida útil, e as bibliotecas, por consequência, não podem se tornar um cemitério de informações inúteis, a não ser que seja este o seu papel, citando como exemplo, a Biblioteca Nacional. Aqui cabe um questionamento

sobre a definição de qual informação seria útil/inútil, e quem as poderia avaliar com segurança, se não do ponto de vista técnico?

Talvez uma resposta parcial a tal questionamento seja a opinião emitida por Atkinson (1997, p. 17), quando declara ser

[...] um propósito básico de toda a comunicação humana tornar um texto disponível em alguma forma material que dure o suficiente para que tal texto tenha algum significado a ele atribuído por outra pessoa que não o próprio autor. Se este significado for julgado, por qualquer razão, de alguma importância especial, o tempo de disponibilidade deste texto pode ser estendido para permitir uma avaliação posterior.

## **2 Evolução Histórica do Reconhecimento dos Direitos dos Autores**

De acordo com Barros, 2007 (apud OLIVEIRA, 2011), os direitos autorais são decorrência da modernidade, pois foi após o Renascimento, que tais direitos começaram a ser inseridos na sociedade. Segundo o autor, na Grécia antiga já existia a ideia de titularidade e plágio; porém, o que chama a atenção atualmente é a possibilidade de negociar a autoria ou titularidade da obra, sendo possível a comercialização dela e inclusive o direito moral do autor.

Já em Roma, eram os copistas que lucravam com a reprodução das obras, enquanto o direito autoral tinha conotação moral, em termos de propriedade. Na Idade Média, Estado e Igreja controlam toda produção intelectual, substituindo os copistas por religiosos isolados, reproduzindo somente as obras aprovadas pela Igreja, descartando e censurando todas as outras consideradas profanas e, desta forma, marginalizando pontos de vista de autores repudiados e restringindo o acesso ao legado cultural/intelectual romano, contribuindo com o agravamento da desculturação europeia.

No início da chamada “Europa Moderna” a descoberta de Gutenberg impulsionou a produção impressa através do barateamento e ampliação de sua distribuição, o que serviu ainda para quebrar o monopólio que a Igreja mantinha sobre a produção editorial, contribuindo com o protestantismo, para que impusessem seu ponto de vista sobre as questões religiosas inerentes ao cristianismo.

No século XVI, na Inglaterra, os livreiros detinham monopólio editorial, exercendo censura total sobre as obras desfavoráveis à monarquia; essa vantagem ficou conhecida por *copyright*. Em 1710 surge na Inglaterra o *Statute of Anne*, ou *Copyright Act*, lei para o incentivo da aprendizagem por meio da utilização de livros que reconhecia a titularidade dos

autores sobre suas obras, o que permitiu o depósito da obra em nome do autor, tirando-os do anonimato e criando a memória intelectual do país.

No século XVII o livro já era instrumento de pesquisa e a principal fonte de disseminação de ideias humanísticas e científica modernas. No século XIX, em 1886, acontece a primeira Convenção Internacional para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas (Convenção de Berna), que visou medidas direcionadas à proteção dos direitos internacionais dos autores, sob três princípios básicos:

- ✓ Princípio do tratamento nacional ou assimilação, onde os países participantes devem dispensar aos autores nacionais e internacionais proteção idêntica;
- ✓ Princípio da proteção automática, que reconhece a titularidade da obra sem a dependência de exigências, como registros, depósitos, entre outros;
- ✓ Princípio da independência da proteção, que define a autonomia dos países membros, desde que haja a circulação de suas normas pelos outros membros.

Em 1952 aconteceu em Genebra a Convenção Universal sobre Direitos do Autor, que tratava fundamentalmente de harmonizar os posicionamentos legislativos aos dos direitos do autor e o *copyright*.

### **3 Direitos Autorais e Direitos Intelectuais**

Os Direitos Autorais (mais conhecidos pelo nome de Propriedade intelectual) se referem a um conjunto de normas legais, prerrogativas morais e patrimoniais, portanto vistas como econômicas por serem passivas de geração de lucro, que visam a proteção legal dos direitos do autor de criações autorais: produção artística, cultural ou científica em qualquer tipo de suporte (MARTINS FILHO, 1998 p. 183-188).

Cavalheiro (2001, p. 210) trata o Direito Autoral por três aspectos diferentes: a ideia, que nasce de uma abstração intelectual, sua origem, “um sentimento forjado sócio-culturalmente na pessoa” e, por fim, o aspecto material, ou seja, a ideia ou sentimento que se materializa. Aqui trataremos da conservação dessa materialização enquanto obra e a importância de seu aspecto ideológico para que se possa entender e contextualizar acontecimentos e datas, de forma que nos permita obter um melhor entendimento de nuances da cultura ou história, especificamente no campo das obras autorais, marginais ou qualquer outro adjetivo que tenham levado no decorrer da recente história escrita.

De acordo com o Escritório de Direitos Autorais (EDA, 2013, s/p) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) a “originalidade, porém, será sempre essencial, pois é nela que se consubstancia o esforço criador do autor, fundamento da obra e razão da proteção. Sem esforço do criador não há originalidade, não há obra, e, por conseguinte, não há proteção.”

#### **4 Evolução Histórica dos Direitos dos Autores Brasileiros**

Em 1º de agosto de 1898, por meio da Lei nº 496 surgiram as primeiras normas do direito autoral no Brasil, onde autores de produção literária científica ou artística se tornavam detentores dos direitos de reproduções, representação, execução ou qualquer outro modo de expressão da obra. Historicamente, a Convenção de Roma foi promulgada no Brasil em 19 de outubro de 1965, por meio do Dec. nº 57.125, dez anos antes das promulgações das Convenções de Berna e Genebra, e já trazia algumas regras para a proteção de direitos autorais presentes naquelas convenções.

Em 1973, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 5.988, de direito autoral, trazendo inovações e novos conceitos para a matéria no que tange à abrangência de seus termos, expressões e tipos de obras, além de deixar expressa a diferenciação entre direitos morais e patrimoniais. Outra novidade foi a implantação do Conselho Nacional do Direito Autoral, com qualidades de órgão fiscalizador, consultor e assistencial no que se refere aos direitos do autor.

#### **5 Formas Mais Comuns de Registro Autoral**

No Brasil, as formas mais comuns de registro dos direitos autorais são o registro na Biblioteca Nacional, através do Escritório de Direitos Autorais (EDA) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), e por meio do *Creative Commons*, site que disponibiliza as obras registradas ao usuário, normalmente por meio eletrônico, o grau de permissividade, que poderá ser copiado, distribuído, editado, adaptado e utilizado como base para uma nova criação.

##### **5.1 Escritório de Direitos Autorais (EDA) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)**

Faz o registro de obras literárias, e letra de músicas de acordo com a vontade do autor, já que o registro não é obrigatório e tem conteúdo meramente declaratório, e não constitutivo. Porém, de acordo com o art. 5.º, inciso XXVII, da Constituição Federal, constitui-se de um

direito moral (criação) e um direito patrimonial (pecuniário) e também, de acordo com tratados e convenções internacionais, sendo o principal a Convenção de Berna. No Brasil, a Lei n. ° 9.610 de 19/02/98 regula os direitos de autor brasileiro ou estrangeiro. Ainda de acordo com o art. 7. ° dessa Lei, “são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro.” Outro aspecto importante, segundo a Lei de direitos autorais é o tempo em que uma obra demora a cair em domínio público, que atualmente está fixado em setenta anos após a morte do autor.

## **5.2 Registro no Creative Commons – CC**

O CC nos parece ser a melhor opção de gestão do registro autoral, devido aos seus níveis de permissão de compartilhamento por meio de licenças jurídicas gratuitas que definem a forma como a obra poderá ser utilizada, principalmente no ambiente digital, ou seja, o autor define o nível de acesso à sua obra. Em outras palavras o *Creative Commons* busca universalizar o acesso à cultura e ao conhecimento, por meio de uma infraestrutura gratuita, padronizada e pública, equilibrando a realidade virtual às imposições ultrapassadas das leis de direitos autorais. Para isso, o site utiliza-se da combinação de ferramentas (*Commons digitais*) aliados às opções dos usuários que optam, durante o registro da obra, pelo grau de permissividade, que poderá ser copiado, distribuído, editado, adaptado e utilizado como base, para uma nova criação.

## **6 Direitos Culturais**

Atualmente, alguns autores questionam os chamados “direitos culturais”, defendendo maior ação dos órgãos governamentais em todas as esferas, da mesma forma que os comparam e, de certa forma nivelam, aos direitos humanos. Sasnowski (2005, p.145-146) questiona a objetividade no papel do estado na conservação e proteção da cultura e nos direitos do consumidor, no que tange aos “direitos culturais”, apesar de considerar o assunto complexo e ainda, de certa forma, utópico, devido à própria definição de cultura, pois segundo ele, “cultura é um sistema de crenças, hábitos e costumes que definem a relação do homem com o seu mundo (...)”. Ao exemplificar a questão da produção literária e a “ditadura” editorial cita livrarias que chegam a expor estantes inteiras cheias de *best seller's*, autoajuda, etc., que “obviaram o contestatório de uma arte ausente enquanto questionadora de

qualquer ordem. Junto a ordem, era importante não incomodar.” O que, de acordo com nossa interpretação, explicita a falta de espaço à literatura marginalizada, por questões de maiores interesses, que o simples comércio.

Na forma da lei o autor defende uma legislação que proteja os direitos culturais. Especificamente no que toca à produção e divulgação da literatura marginalizada, citamos o item dois que prega o controle e redução do monopólio midiático, como segue: “que controle e reduza o monopólio exercido no espaço impresso, radial e muito especialmente no televisivo, para capacitar programas alternativos” (SASNOWSKI, 2005, p.150).

No mesmo sentido, Escobar (2005) destaca a diversidade de pensamentos e criação como um dos pressupostos básicos da democracia cultural, particularmente na América Latina, devido à pluricultura e multiétnica, que segundo o autor, necessitam ser protegidos como direitos à diferença cultural e que coexistem como formas de concepção e expressão do mundo composto por aspectos étnicos, históricos, estéticos, religiosos e linguísticos, ou seja, pontos de vista diferenciados de acordo com a cultura de cada indivíduo e, portanto, portador de pontos de vista diversificados e de “complexos patrimônios nutridos de muitas memórias e animados por sonhos plurais” (ESCOBAR, 2005, p. 167).

## **7 A Literatura Marginal, a Informação e a Cultura**

O escritor independente faz parte de um grupo maior, que representa a cultura de forma escrita; porém, antes de entrarmos na questão propriamente dita, ou seja, a conservação da literatura marginal e as consequências de sua falta, no futuro, de uma comunidade local e até mesmo nação, usaremos a definição de Santos, Pereira e Feijó, (1991, p. 11-14) para cultura:

Cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro.

De acordo com o autor, a cultura expressa as transformações culturais movidas por forças internas da humanidade com sua riqueza e multiplicidade de existência nos grupos sociais e suas características, o que constata sua grande variação, com lógica própria, que devem ser conhecidas para que se possa entender, e fazer sentido em suas práticas, seus costumes, entendimentos e mudanças por que passam (SANTOS; PEREIRA; FEIJÓ, 1991, p. 11-14).

Segundo Santos, Pereira e Feijó (1991), a riqueza cultural fala de cada indivíduo e nos faz pensar na realidade da qual fazemos parte, e a existência de uma realidade cultural torna-se uma questão importante; sendo assim, torna-se evidente “a necessidade de relacionar as manifestações e dimensões culturais com as diferentes classes e grupos que a constituem” (SANTOS; PEREIRA; FEIJÓ, 1991, p.13). Esses autores argumentam ainda que as culturas são providas de critérios próprios de avaliação, portanto, impossíveis de se serem hierarquizadas, e quando esse fato ocorre há uma subjugação de uma cultura aos critérios de outra, ou seja, não há critérios de comparação sobre qual cultura é mais ou menos desenvolvida e, por consequência, importante. De outra forma, poder-se-ia dizer que a forma ou ponto de vista pelo qual é anotada a história, se torna mais ou menos importante, dependendo do ponto de vista, posicionamento social, intelectual de quem a lê ou escreve.

Verifica-se assim que a observação de culturas alheias se faz segundo pontos de vista definidos pela cultura do observador, que os critérios que se usam para classificar uma cultura são também culturais. (SANTOS; PEREIRA; FEIJÓ, 1991, p. 14)

Outro aspecto que não se pode deixar de considerar é a diversidade cultural brasileira, pois isso é essencial para compreensão do país em que vivemos. Nesse aspecto, Romanelli (2005, p. 23) destaca a interdependência da cultura no processo educativo: “o gesto criador que resulta do fato de o homem” fazer parte do mundo, ou meio em que vive, relaciona-se e por consequência transforma ou é transformado por ele, e “o gesto comunicador que o homem executa” por meio da transmissão de sua experiência. Nos dois casos, tanto no *processo criador*, como no *gesto comunicador*, podem e devem ser associados às definições de criação e disseminação de obras intelectuais, marginais ou não. De outra forma, a autora também defende a transformação individual, por interferência do meio em que vive, para onde dirige sua ação, tendo como resultado a educação, ou mudança de ponto de vista, que pode, no final das contas, auxiliar outras pessoas no processo educacional ou de evolução cultural ocorrido por meio de ideias que se solidarizam pela aceitação.

Em outra direção Vanoye (2003, p. 178) vê o autor como um “criador, inventor produtor de ideias.” E seu leitor, em certo aspecto, pré-determinado por questões como a distribuição da obra, o que torna a produção literária um processo econômico-intelectual, historicamente situado. Assim podemos inferir que, o ponto de vista do autor é o portador de uma visão temporal, de acordo com elementos como prévio conhecimento, cultura geral, etc.,

o que permite uma contextualização feita por seu leitor com maior ou menor profundidade, tornando assim o texto, um “objeto portador de significações” e interpretações.

Com visão ampliada sobre a importância e o que as informações representam Campello (2006, p. 4-7) as define como representação das seguintes características sociais:

- ✓ **Identidade coletiva:** informações preservam a memória e contribuem para a formação da identidade cultural e testemunham o passado, possibilitando a evolução cultural continuada através da tradição.
- ✓ **Poder:** normalmente os grupos e classes dominantes buscam a manutenção da memória de acordo com seus interesses, ou seja, grande parte do poder atual depende diretamente das escolhas feitas e preservadas documentalmente no passado, o que pode representar, em muitos casos, a manipulação da memória coletiva, o que leva a produção de diferenças entre grupos sociais.
- ✓ **Educação e transmissão do conhecimento:** na Antiguidade os conhecimentos eram passados verbalmente. Porém, há muito tempo que a quantidade de informação se multiplicou aos milhares, tornando-se inviável o aprendizado baseado na simples memorização. É necessário que durante a atualização e ampliação do conhecimento, os interessados, ao deixar as salas de aula, tornem-se cada vez mais presentes em cursos, museus, arquivos, bibliotecas, etc e possam contar e ter acesso à toda gama de informações existentes tanto em acervos físicos como em acervos digitais.

Romanelli (2005, p. 20-21) defende que a cultura enquanto processo ou produto exige continuidade e, especificamente no caso da literatura marginal ou marginalizada, deve ser tratada como “bens culturais”, pois é parte do processo de sobrevivência do homem e de sua condição humana, e por isso devem ser preservados, sob a pena de se perderem; ou seja, sua preservação está intimamente ligada à motivação para a comunicação interpessoal, no sentido horizontal (mesma geração) e vertical (de uma geração à outra).

[...] parece-nos, pois, lícito admitir que a cultura esteja intimamente ligada a uma situação concreta e objetiva: ela se faz num tempo e num espaço determinados. Ela não é independente das circunstâncias em que é gerada. O homem, o meio e o tempo são essas circunstâncias. (ROMANELLI, 2005, p. 20-21)

Ainda segundo a autora, as influências são consequências da variedade cultural e de sua aproximação e troca, que tendem ao enriquecimento das culturas interessadas, “já que as

diferenças notáveis entre elas são outros tantos desafios à imaginação e à inteligência humanas” (Romanelli, 2005, p. 23).

Aranha e Martins (2003, p. 25) defendem que cultura no sentido antropológico, significa “tudo que o ser humano produz ao construir sua existência: as práticas, as teorias” e que são muitas as maneiras de se pensar e de se expressar e que por isso mudam as formas de se ocupar “(...) mudam as expressões artísticas e as maneiras de interpretar o mundo”.

## **8 Sobre o Ponto de Vista Autoral**

No que tange ao ponto de vista autoral, Antonio Candido (1972), por ele ou por outros autores, como Soares (2008, p. 29) trata a arte como “praticamente indefinível em sua complexidade”, e que a pequena parcela, no caso literatura, que aparece nas escolas, ainda que “chapada, engavetada” continua a ser vista como subversiva.

Nesse aspecto, Candido (1972, p. 805-806 apud SOARES, 2008, p. 29) destaca que a literatura não pode ser reduzida somente aos valores morais impostos a ela, pois por meio da literatura:

(...) pode formar, mas não segundo a norma oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa, - o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço de sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica (...) ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, - com altos e baixos, luzes e sombras (...) Dado que a literatura, como a vida, ensina na medida em que atua com toda sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta.

O autor destaca ainda a dificuldade dos educadores entenderem a função verdadeira da literatura, já que carrega consigo tanto o bem quanto mal por ser reflexo das ações humanas, demonstrando a confusão entre a ideia convencional e oficial de que, deve elevar e edificar, ignorando sua força natural em iniciar a vida, muitas vezes, indesejada por educadores devido à sua liberdade em andar lado a lado com o bem e o mal, como força profunda e humanizadora “que faz viver”.

Complementando esse aspecto de autorreflexão, Tufano e Sarmiento (2004, p. 13) alertam para o fato de a literatura representar a realidade e não fatos reais, onde o escritor recria uma realidade que não pode ser analisada como o mundo concreto. Já Cereja e Magalhães (2003, p. 28-31) consideram a literatura como uma ferramenta de comunicação e interação social, já que é baseada na palavra e a palavra, a unidade básica da língua, sendo

assim, desempenha o papel social da transmissão de conhecimentos e cultura de uma comunidade; e o texto Literário deve ser carregado de linguagem pessoal, contagiada pelas emoções e valores de seu emissor (escritor), entre outros. O que nos leva novamente às percepções, maneiras de ver o mundo e pontos de vista do autor.

Candido (2012, p. 85) nos alerta sobre o querer artificial, tanto na vida, quanto na literatura, que funcionem como manuais de virtude e boa conduta, o que nos leva a um paradoxo entre obras consideradas indispensáveis à formação do cidadão e que trazem convenções indesejadas pela sociedade, as quais desejariam banir.

O revestimento ideológico de um autor pode dar lugar a condições realmente interessantes, - Os poderes da sociedade ficando inibidos de restringir a leitura de textos que deveriam ser banidos, segundo os seus padrões, mas que pertencem a um autor ou uma obra que, por outro lado, reforçam estes padrões. (CANDIDO, 2012, p. 85)

No diz respeito à marginalização ou indiferença social, principalmente na vida da comunidade periférica, Santos, Pereira e Feijó (1991, p.50) traçam um paralelo sobre a identificação de alunos com o descrito nas obras.

Muitas vezes imersos em um cotidiano próximo ao descrito nas obras, com empregos parecidos pelos executados anteriormente pelos autores, com um linguajar cheio de gírias e códigos que também estão presentes ao longo de narrativas e poemas dessa vertente literária, (...) passa a perceber, a partir de leituras literárias experimentadas em sala de aula, uma representatividade social até então não vista nas demais obras canônicas. (SANTOS, PEREIRA; FEIJÓ, 1991, p. 50)

## **9 Literatura Popular e Literatura de Cordel**

A literatura popular apresenta um elemento comum em sua formação, o regionalismo, ou seja, as regiões, costumes locais, particularidades linguísticas, etc., descritas e popularizadas em obras onde os autores expressam de acordo com o ponto de vista da comunidade, textos literários em prosa ou versos. Candido (2012, p.87) nos chama a atenção para alguns aspectos: a transformação da língua, o perigo da artificialidade da mesma, e a revelação da autoconsciência ou alienação no plano do conhecimento.

Mas antes de ir além, um parêntese para dizer que hoje, tanto na crítica brasileira quanto na latino-americana, a palavra de ordem é "morte ao regionalismo", quanto ao presente, e ao menosprezo pelo que foi, quanto ao passado. Esta atitude é criticamente boa se a tomarmos como um "basta!" a tirania do pitoresco, que vem a convir que, justamente porque a literatura desempenha funções na vida da sociedade, não depende apenas da opinião crítica que o regionalismo exista ou deixe de existir. Ele existiu, existe e existirá enquanto houver condições como as do subdesenvolvimento, que

forçam o escritor a focalizar como tema as culturas rústicas mais ou menos à margem da cultura urbana. (CANDIDO, 2012, p. 86)

Luyten (1983, p. 39-40) defende que a diferença básica na “literatura popular brasileira” está no fato de que a prosa é divulgada apenas por meio de “folcloristas, nem sempre acessível ao grande público” e a poesia aparece em maior proporção, destacando-se a nordestina, ainda que grande parte dessa produção se perca, devido a sua transmissão pela oralidade. Afirma que há cerca de 20.000 títulos impressos sob o nome generalizado de “literatura de cordel”: nome de origem portuguesa e espanhola devido a sua exposição como roupa em varal. O autor discorre ainda sobre a viabilidade e economia na produção da literatura de cordel, que segundo ele “é uma demonstração contínua de como se pode imprimir algo a custo mínimo”, e destaca que “o povo comum se exprime através de manifestações simples por ser esta a única forma que seus poucos recursos permitem”.

Sobre a visão dos autores, destacando os cordelistas, Luyten (1983, p.42-43) aponta o fato de que tenderão a escrever “sob o ponto de vista comum a seu meio”, da maneira como seus leitores acostumam tratar o assunto, destacando principalmente aspectos de suas origens, no caso, rurais: “o fatalismo da natureza, como a chuva, sol e pestes e tende a atribuir tudo isso muito mais facilmente à interferência do sobrenatural”.

Desta forma, destaca-se o ponto de vista e a historicidade de temas relevantes de acordo com a região onde é produzida a literatura, independente da tentativa de “censura” por parte de instituições. Exemplo disso são os folhetos/cordéis produzidos com temas muito populares, como os folhetos sobre padre Cícero e Frei Damião, escritos, segundo Luyten (1983, p. 43) por centenas de “poetas de origem e intenções diferentes”; o mesmo ocorre com figuras populares como Lampião e Antônio Silvino, ainda que contra a vontade das instituições. Concluindo, o autor completa que “a literatura de cordel, como é popular, trata dos assuntos que interessam ao povo. E quando o faz, refere-se a assuntos e pessoas sob o ponto de vista popular”.

## **10 A Atualização de Temas, Urbanização e Politização da Poesia Popular**

Com o passar dos anos e com as mudanças ocorridas com a migração e a condição social das pessoas, esse tipo de manifestação cultural-literária mudou consideravelmente, devido a fatores como o acesso aos novos veículos de comunicação, ao contrário de antigamente, quando “a poesia popular era praticamente o único veículo de informação e

formação de vastas camadas populacionais do interior do Brasil, notadamente no nordeste” (LUYTEN, 1983, p. 63). Houve a migração populacional, que trouxe consigo sua cultura, a poesia popular ou literatura de cordel, que sofreu “mudança, não em sua estrutura, mas sim na sua essência.” (op. Cit., p. 64) A poesia que anteriormente levava mensagem de paz, leva agora reivindicações sociais e políticas, o que destaca sua importância na defesa do ponto de vista de parte da população, servindo como objeto de estudo sobre o comportamento, visão, necessidades e demais aspectos, que podem ser utilizados para análise e contextualização do homem, local e tempo (LUYTEN, 1983).

Como exemplo de opinião e posicionamento sobre sua época, Luytem cita Raimundo de Santa Helena com o poema popular “Cartilha do povo”, onde fala com “o ódio incontido de quem já lutou pelo Brasil e se vê, agora, cada dia mais pobre” (Luyten, 1983, p. 68-71). De acordo esse autor (LUYTEN), a visão de Raimundo de Santa Helena expressa a opinião geral do povo, e defende que “É este exatamente o papel social do artista – representar o homem de seu tempo.” O que pode ser interpretado como uma representação geral de fatos, opiniões e pontos de vista, de acordo com o posicionamento intelectual e social de cada um. A seguir citamos algumas partes do poema de Raimundo Santa Helena, no qual podemos verificar a importância da conservação da chamada literatura marginal para que se possa, no futuro, ter parâmetros para contextualização e comparação de fatos, condição social, e realidades, dependendo do ponto de vista do autor.

“Eu sou dono do meu passe/ Faço arte sem patrão/ Só quem tem capacidade/ Deve ser oposição/ Porque lutar pelos fracos/ É tatear nos buracos/ Na densa escuridão” (Luyten, 1983, p. 68). Aqui defende sua posição em relação à produção independente e defende a luta pelo trabalhador operário; “Estados e municípios/ Tenham mais autonomia/ Tributária e política/ Que não haja mordomia/ Nem orgia no poder/ Que o pobre possa ter/ o seu pão de cada dia” (Luyten 1983, p. 69). Aqui faz críticas à política, políticos e desigualdade social.

“Nosso povo apoiado/ Na vida de mutirão/ E queremos a mulher/ com mais valorização/ Nosso meio ambiente/ Puro como lá sente/ Nas florestas do sertão” – Aqui defende a ajuda mútua por meio de mutirões, a valorização da mulher e meio ambiente (LUYTEN, 1983, p. 68-71).

## 11 Poesia Marginal

Mattoso (1982) trata do tema “poesia marginal”, contextualizando o que, provavelmente, seria a primeira aparição de um gênero literário sob o crivo da marginalização, indagando sobre as possibilidades de tratamento do tema: “como um poeta pode ser marginal? Existe uma poesia marginal? Marginal é o poeta ou a poesia?” E responde em parte seu próprio questionamento quando enfatiza que: “tratando-se de arte, toda obra e todo autor que não se enquadram nos padrões usuais de criação, apresentação ou veiculação seriam também marginais, inclusive a poesia e o poeta” (MATTOSO, 1982, p. 7-8).

De acordo com o autor (MATTOSO, 1982, p. 20-28), marginal é o adjetivo utilizado para a descrição do trabalho de determinados escritores, também conhecidos atualmente como independentes ou alternativos, que ao que tudo indica, surgiram no ano de 1969 com a “imprensa nanica”, no auge da repressão posterior ao famoso AI-5, com o lançamento do Jornal “O Pasquim”, que era autônomo em relação às grandes editoras, contestador do sistema e atuando com papel de resistência política (MATTOSO, 1982, p. 7- 8).

Mattoso ainda destaca alguns aspectos que marcaram o início da chamada poesia marginal, que seriam a falta de homogeneidade prática ou teórica, ou seja, a falta de organização e orientação seriam suas maiores características, além da posição “marginal” em relação aos padrões estéticos, produção, consumo, moral oficial, resistência política e outros grupos de “marginais”, mantendo-se sempre à margem do “quadro cultural como um todo” (MATTOSO, 1982, p. 29-30).

Sobre as características da poesia marginal, Galvão (2007, p.14) diz que a dicção era intimista e minimalista, inculta, subestimando a grandiloquência, falava subjetivamente sobre a condição de exilados em sua pátria nos anos 70. Por outro lado, Mello (1986, p.66) levanta a questão da contracultura, ligando os autores da literatura marginal à contestação cultural e comportamental, à rejeição de valores “oficiais” e tematizando o cotidiano, não encarando a política com seriedade, mais preocupados com alternativas para publicação de seus textos. Ao que parece, os textos marginais, são encarados de forma inovadora, no registro do cotidiano, quase se confundindo com a vida (MELLO, 1986, p.70).

[...] quando se fala em cultura oficial, se quer dizer especificamente o controle da cultura pelo poder político, seja através do ensino, dos meios de comunicação de massa (imprensa, rádio, TV, cinema), do sistema editorial (que vai do parque gráfico até a rede livreira) ou da própria repressão policial, incluindo aí a censura. (MATTOSO, 1982, p.55-56)

Capas dos livros: “*As baladas de Trupizupi*” de Braulio Tavares; “*O eu entre nós*” de Ulisses Tavares.



Fig.1



Fig.2

FONTE: MATTOSO, 1982, p. 67-81.

Mello (1986, p. 65) defende que o surto para o surgimento de produções alternativas, clandestinas, e ponto de partida da poesia marginal se deu com a publicação do “*Preço da passagem*” em 1972, do poeta Chacal, composta por 31 folhas mimeografadas dentro de um envelope carimbado com o título. Mattoso (1982, p. 67-68) por outro lado, cita o ano de 1973 como o marco inicial, quando alguns autores publicavam de forma artesanal, fazendo a venda de mão em mão, avulsa, sem passar por editoras e livrarias, ou seja, as margens do mercado editorial.

De uma forma ou de outra, parece que a venda de material mimeografado foi o pontapé inicial para a produção independente que incluía livretos impressos em *offset*. A questão do controle ideológico, após a abertura política, aliada à liberdade de produção, ampliou o mercado paralelo até os dias atuais, a tal ponto que (atualmente) não há diferenças físicas entre uma obra independente, de uma lançada por uma editora comercial (MATTOSO, 1982, p. 67-68).

## 11.1 Pequeno Histórico da Poesia Marginal

Ano / local	Autor	Evento
1967 / RJ	Flávio Nascimento	Edita no Rio de Janeiro, seu livro primeiro “ <i>Passaro verde</i> ” com 500 exemplares.
1967 / RJ	Xico Chaves	Publica seu livro “ <i>Pássaro verde</i> ” mimeografado.
1968		Rasgação de livros de poesia discursiva de autores estabelecidos como Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto nas escadas do Teatro Municipal do Rio de Janeiro
1968	Domingos Pellegrini Junior	Rodava em mimeógrafo, no Paraná, seu primeiro folheto “ <i>O marginal e outros poemas</i> ”.
1969	Caetano Veloso e Gilberto Gil	Se exilam em Londres.
1969		Nasce o PASQUIM inaugurando a imprensa nanica.
1969		Surgem tabloides como “ <i>Opinião, Movimento e Versus</i> ” entre outros, com o papel de resistência política.
1970	Pedro Lyra	Lança o “ <i>Poema postal</i> ” introduzindo a arte-correio ( <i>mail-art</i> ) no Brasil.
1970	Paulo Nassar	Lança os poemas “ <i>Cantos de eclipse</i> ” mimeografados em Londrina.
1971	– Chacal e Charles	Lançam no Rio de Janeiro seus primeiros trabalhos mimeografados com 100 exemplares.
1971		Surge em Brasília o jornal “ <i>Tribo</i> ” que resistiu por três edições
1972	Torquato Neto	Se suicida.
1972		Encerramento do poema-processo
1972	Waly Salomão	Publica seu livro “ <i>Me segura que eu vou ter um treco</i> ”.
1972		Surgem as primeiras revistas marginais: “Protótipo” em Minas Gerais e “O Feto” no Rio de Janeiro.
1973	Waly Salomão	organiza a obra de Torquato Neto com o título de “ <i>Os últimos dias de Paupéria</i> ”.
1973		Acontecem as primeiras manifestações que reúne as diversas tendências poéticas na PUC do Rio de Janeiro e em Curitiba.
1973		O MAM do Rio de Janeiro realiza a exposição “ <i>PoemAção</i> ” de poesia eclética.
1973		Surgem as revista mimeografada “ <i>Cogumelo Atômico</i> ” em Santa Catarina e outras impressas como a “ <i>Pólem</i> ” no Rio de Janeiro e a “ <i>Código</i> ” na Bahia.
1973	Cacaso, Chico Alvim e amigos	Lançam seus livros pela editora marginal “ <i>Frenesi</i> ”;
1975		Acontece o boom literário reflexo da distensão política com o lançamento da Antologia poética “ <i>Abertura poética</i> ”.

1975		Lançamento da revista “Escrita”.
1975		Surgem as revistas de com única edição: “Navilouca” no Rio de Janeiro, “Arté-Ria” em São Paulo.
1975	Paulo Leminski	Publica seu livro “Catatau”.
1975		Surgem os primeiros grupos de autores-editores autônomos: “Há Gente, Nuvem Cigana, Folha de Rosto”, etc.
1976	Grupo Nuvem Cigana	Lança o “Almanaque Biotônico Vitalidade” apreendido pela censura.
1976		Surgem as revistas “Anima” no Rio de Janeiro, “Inéditos” em Belo Horizonte, “Qorpo estranho” em São Paulo e “O Saco” em Fortaleza.
1976	Heloísa Buarque de Hollanda	Organiza a antologia “26 poetas hoje” em livro comercial.
1977		É lançado o segundo e último “Almanaque Biotônico Vitalidade” e das revistas “Anima”, e “Qorpo Estranho”.
1977		Realização da “Expoética 77” comemorando o décimo aniversário do poema-processo.
1978		Acontece a Mostra Nacional de Publicações Alternativas, realizado pela revista “Gandaia” do Rio de Janeiro.
1978	J. Medeiros	Medeiros organiza a exposição “Primeira Poucos e Raros” em Natal.
1978	Paulo Marcelo Dolabela	funda o grupo/jornal “CemFlores” no MASP em SP.
1979		Acontece a passeata poética do grupo “Sanguenovo” com o lançamento do “Poemas do poste” espalhados pela cidade.
1979		Acontece a “Chuva de poesia” lançado em forma de panfletos atirados do alto do edifício Itália.
1979		Apresentação de poetas marginais no Café do Bexiga.
1979		Multimedia Internacional da USP com poetas de vinte países.
1979		Publicação do cartaz-antologia com autores do grupo “Charme da simpatia”.
1980		Com o início da abertura política, no Rio de Janeiro, acontece a passeata poética “Topless literário” em Ipanema com os grupos “poetagem, bandidos do céu e gandaia”.
1980	Paulo Fatal	Lança o “Verso Vício”, com textos xerocados.
1980		Em São Paulo acontece a segunda “Poucos & Raros”: mostra de publicações marginais organizada e catalogada.
1981		A poesia marginal vira tema de tese
1981	Carlos Alberto Pereira	Lança o livro “Retrato de época” pela FUNARTE.
1981	Ulisses Tavares	Divulga seus poemas por meio de um personagem da telenovela “O amor é nosso” na Rede Globo...

Fonte: MATTOSO, 1982, p. 20-28.

## 12 Política Cultural, Liberdade e Ponto de Vista Oficial

De acordo com Santos, Pereira e Feijó (1991, p. 121-122) obras culturais são as “obras da inteligência ou da sensibilidade humana objetivando interferir na realidade”, independente dos gostos pessoais, ou seja, “partem de um ato de vontade”, caracterizando-se como um momento de liberdade, e por isso, sempre vista pelo poder dominante como subversiva.

No mesmo sentido Freire (2005, p. 160-165) defende que “na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem; dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder.” Essa divisão, de acordo com o autor, significaria uma séria ameaça à sua hegemonia. E conclui, dizendo que o simples fato de se unir já aponta para outros pontos de vista e ações que indiquem serem mais susceptíveis ao domínio, se estiverem desunidos e desorganizados, e em estado contrário, ou seja, unidos e organizados, poderão trabalhar com novas possibilidades que humanizem mais seu mundo, e com abertura para novas ideias que naturalmente surgirão.

Teixeira (2004, p. 23-25) ressalta que, a “vida funda-se no pressuposto de que ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuição a fazer às instituições e à sociedade a que pertence...” e que, por outro lado, a aristocracia defende a cultura para alguns poucos como forma de privilégio e subordinação dos demais aos seus interesses. Dessa forma, a sociedade deve oferecer condições de desenvolvimento de suas capacidades individuais para poderem participar mais amplamente dos destinos de sua comunidade/sociedade, ou seja, participar das decisões relativas a seu futuro, sua vida, e desta forma garantir sua dignidade e valorização como ser humano.

O autor afirma ainda que a desigualdade mental surge na história como um tipo de tabu, ou preconceito social, “já constatado”, sendo assim tido como comprovado por muitos e “cristalizada em hábitos mentais, atitudes, estados de espírito, costumes” (Teixeira, 2004, p. 24) e em outros comportamentos vindos de práticas históricas datadas de um passado imemorial, porém resistente, e que deve ser combatido por meio da abertura e difusão do pensamento crítico.

No sentido de marginalização, acreditamos que tanto na literatura, como em outros campos que atuam com a matéria prima “cultura” o controle nasce da necessidade de esconder áreas obscuras ou indesejáveis, daí a necessidade dos “alternativos”, devido à tentativa de controle ideológico, pois, dessa forma, “quando se fala em controle da

mensagem, entende-se também ação de monopólio da indústria cultural” (CAPARELLI, 1996, p. 42).

Leôncio Basbaum (1976, p. 67 apud CAPARELLI, 1996, p. 69) afirma que, historicamente não se percebe a inclusão e, portanto, o sentimento de pertencimento do povo brasileiro na formação da história brasileira oficial, o que talvez seja um dos motivadores do surgimento e perpetuação, até os dias atuais, da cultura alternativa, ou seja, uma forma de se afirmar historicamente que o povo viveu e participou da formação do Brasil.

### **13 Autores Publicados e Reconhecidos *Post-mortem***

A seguir algumas obras que retratam bem a importância da preservação e, por consequência, do ponto de vista seja por sua importância histórica, seja pelo seu poder de nos permitir uma melhor compreensão dos fatos, locais, datas, estilos literário, e claro, dos pontos de vista dos autores. Em alguns casos, são as obras que foram publicadas após a morte do autor já devidamente reconhecido, porém há outros em que a obra publicada postumamente foi o canal de reconhecimento da importância do ponto de vista do autor para a formação de opiniões. Segundo Pereira (2012)

Muitas vezes, escritores hoje tidos como grandes e talentosos eram, em vida, desconhecidos e pouco falados pela sociedade de sua época. O sucesso só chegou depois da morte, nunca foram reconhecidos por sua literatura enquanto estavam vivos. (...) Há hipóteses sobre os motivos de isso acontecer. A incompreensão dos contemporâneos e da sociedade da época. (PEREIRA, 2012, s/p)

A seguir algumas obras e autores brasileiros e estrangeiros para análise da importância da preservação da criação/ideia e ponto de vista:

<b>Autores Publicados e Reconhecidos <i>Post-mortem</i></b>		
<b>Autor</b>	<b>Obra</b>	<b>Obs.</b>
Castro Alves	Espumas flutuantes	Único livro publicado em vida as demais obras são como se quisesse deixar um inventário com todas as possibilidades de sua poética. (BARBOSA, 1977, p.171).
Oswald de Andrade		Foi vítima da incompreensão da sociedade contemporânea, que chocava a sociedade colocando em xeque a poesia parnasiana. Após sua morte, foi reconhecido por críticos como Antonio Candido e artistas como José Celso. (PEREIRA, 2012).
Patrícia Galvão	Parque Industrial	Pagu publica clandestinamente em 1933,

		assinado com o pseudônimo Mara Lobo; o primeiro romance brasileiro que tem operários como protagonistas. (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL: literatura Brasileira).
Pedro Kilkerry		Seus textos encontravam-se dispersos, até que o ensaísta Andrade Muricy publica alguns de seus trabalhos no Panorama do Movimento Simbolista, 1952. Sua obra foi recuperada e publicada pelo poeta Augusto de Campos No livro “Revisão de Kilkerry”, 1970, incluindo manuscritos e poemas mantidos oralmente por amigos e familiares, e graças a Campos “a poesia sintética e repleta de imagens fortes e desconcertantes de Kilkerry vem sendo percebida como uma das grandes forças do simbolismo brasileiro.” (BARBOSA, 1977).
Lima Barreto		Sofreu preconceito social em sua época. Sempre apontado como louco e beerrão, socialista e neurastênico. Um mulato pobre, desprezado e sem condições financeiras de publicar suas obras de crítica ácida contra as elites cariocas da época que queriam comentários otimistas sobre o Rio de Janeiro. (PEREIRA, 2012).
Isaac Asimov	Crônicas da Fundação	Morto 1992, em 1993 foi publicado umas das principais séries de sua ficção científica que além da importância literária, abre debate entre críticos sobre o conteúdo biográfico entre Hari Seldon. (HERALDO, 2013).
Roberto Bolaño	2666	seu romance apocalíptico, foi publicado na Espanha cerca de um ano após sua morte em 2003 por insuficiência hepática (HERALDO, 2013).
Anne Frank	O diário de Anne Frank	Registra suas memórias no livro escrito durante a ocupação da Holanda pelos nazistas, se tornando um dos mais conhecidos livros da literatura mundial (HERALDO, 2013).
Vladimir Nabokov	Laura	Foi publicado com grande estardalhaço 30 anos após sua morte (HERALDO, 2013).
J. R. R. Tolkien	Os Filhos de Húrin	Foi editado e publicado por seu filho 35 anos depois de sua morte (HERALDO, 2013).
Nicolau Maquiavel	O príncipe	Foi escrito em 1515 publicado em 1532 tornou-se um clássico obrigatório nas áreas de política e filosofia. (MAQUIAVEL, 2004).
Franz Kafka	A metamorfose entre outros...	Muitos dos trabalhos do autor de uma das ficções mais influentes da literatura do século XX foram conservados pelo amigo Max Brod contra a vontade do autor (KAFKA, 2007).
H. P. Lovecraft		Hoje considerado como um gênio da literatura e um dos autores mais influentes do século XX,

		quando em vida não passou de um reduzido número de leitores (HERALDO, 2013).
Emily Dickinson		Poetisa americana (1830-1886), considerada uma escritora moderna, por ser introspectiva, era conhecida como “Grande Reclusa”. Escreveu 1800 poemas e 1000 cartas, mas não publicou nenhum livro. Sua obra foi editada após sua morte e a consagrou pelos leitores e críticos. (PEREIRA, 2012).
Herman Melville	Moby Dick	Foi reconhecido em sua velhice, contudo, a fama veio quando seu talento foi percebido pelos críticos, na década de 1920, mais de 20 anos após sua morte. (PEREIRA, 2012).
Marques de Sade		Considerado herege e pornográfico em sua época, com o desenvolvimento da psicanálise, seus escritos foram reinterpretados e reconhecidos como reflexões profundas sobre o ser humano e o desejo. (PEREIRA, 2012).
Henry David Thoreau	A desobediência civil	Foi ensaísta, poeta, naturalista e filósofo americano. Considerado pai-fundador do anarquismo e autor libertário é extremamente estudado, tendo influenciado líderes como Gandhi e Martin Luther King Jr. Até sua morte era incompreendido e desconhecido (THOREAL, 1990);

Fonte: Tabela elaborada pelo autor do artigo.

### Considerações Finais

Acreditamos que se torna patente a necessidade de, a qualquer preço, se preservar a criação/obra e, por consequência, os pontos de vista de autores marginalizados por qualquer razão, independente da época em que tenham vivido, ou qual prisma se detenha ou privilegie sua obra, haja vista que, fica indiscutível, de acordo com nossa opinião, o valor histórico e intelectual da obra, seja para o simples fato de se contextualizar o momento em análise documental, por si só ou por sua existência, pela preservação do patrimônio cultural literário e, por fim, pela oportunidade às gerações futuras, de conhecerem parte de seu passado ou de serem influenciados por ideias aparentemente antigas ou ultrapassadas, que, no entanto, escondem em suas diversas nuances, sob o fio quase imperceptível do pensamento, em muitos casos, verdadeiras revoluções ou, em outros casos, evoluções de diversas naturezas.

Para que se entenda a importância do fato de tal preservação, deixamos aqui, um breve relato de autores dos mais diversos estilos literários, origens e formação, que de uma forma ou

de outra influenciaram e continuam a influenciar milhares de pensadores tanto no calor de seus lares, como no ímpeto de novos estudos cientificamente comprovados.

Ressaltamos que, toda e qualquer forma de pensamento, de acordo com nosso entendimento, deve ser valorizada, pois retrata a necessidade do homem social de se manifestar diante dos valores, regras, leis e acontecimentos de sua época, registrando seus pontos de vista, que em muitos casos estão muito à frente de seu tempo, o que o torna incompreendido por seus pares e, sendo assim, torna-se matéria futura de estudos. Por fim gostaríamos de reiterar nossa posição favorável quanto ao recolhimento e obrigatoriedade do depósito legal sobre toda e qualquer produção literária produzida no país, para que, com isso, tenhamos maiores e melhores subsídios futuros ao estudo de nossa realidade.

### **Referências bibliográficas**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.

ALVES, Castro. **Espumas flutuantes**. (consultor para Espumas Flutuantes: Frederico Barbosa). São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

ATKINSON, Ross W. Seleção para preservação: uma abordagem paternalística. In: Hazen, Dan, et al. **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos – Arquivo Nacional, 1997, p.16-28.

BARBOSA, Frederico (Org.) **Clássicos da poesia brasileira: antologia da poesia brasileira anterior ao modernismo**. São Paulo: O estado de São Paulo – Klick, 1977.

CAMPELLO, Bernardete. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. São Paulo: **Ciência e Cultura**, v. 24, n. 9. p. 803-809. Setembro, 1972.

\_\_\_\_\_. **A literatura e a formação do homem**. 2012, p.81-90. Disponível em: <[www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/.../3007](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/.../3007)>. Acesso em: 8 jan. 2014.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1996.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado – Imprensa Oficial, 2000.

CAVALHEIRO, Rodrigo da Costa Ratto. História dos Direitos Autorais no Brasil e no Mundo. **Cadernos de Direito**, v. 1, n. 1, 2001, p. 209-220. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/direito/articleview/Article/896>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES T.C. **Português: linguagens**. São Paulo: Atual, 2003.

CONVENÇÃO DE BERNA. **Convenção de Berna**. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/cv\\_berna.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/cv_berna.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2013.

CONWAY, Paul. **Preservação do universo digital**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos – Arquivo Nacional, 1997. Disponível em: <[http://www.arqsp.org.br/cpba/pdf\\_cadtec/52.pdf](http://www.arqsp.org.br/cpba/pdf_cadtec/52.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2014.

CREATIVE COMMONS BRASIL. **Creative Commons do Brasil**. Disponível em: <<http://creativecommons.org.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

DIREITO AUTORAL. **Coleção cadernos de políticas culturais**. Brasília: Ministério da Cultura, v. 1, 2006.

\_\_\_\_\_. **Legislação sobre direitos autorais**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2007.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL: literatura Brasileira. **Enciclopédia Itaú Cultural: literatura Brasileira**. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

ESCOBAR, Tício. A diversidade como direito cultural: políticas culturais, cidadania e integração cultural. ALLENDE, Monica (org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005, p.153-169.

EDA - ESCRITÓRIO DE DIREITOS AUTORAIS DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN). **Escritório de Direitos Autorais (EDA) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)**. Disponível em: <[http://www.bn.br/portal/?nu\\_pagina=25](http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=25)>. Acesso em: 4 dez. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Palavra auto-exilada. **Carta na Escola**, v. 19, p. 13-17, Set. 2007.

GRAU-KUNTZ, Karin. O que é direito de propriedade intelectual e qual a importância de seu estudo? **IBPI** – Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual (rev. eletrônica). Disponível em: <<http://www.ibpibrasil.org/44072.html>>. Acesso em: 25 out. 2013.

HEITLINGER, P. A. B-42 de Gutenberg (1452-1455). In: **Tipógrafos**. Disponível em: <<http://tipografos.net/livros.antigos/b-42html>>. Acesso em: 3 Out. 2013.

HERALDO, Douglas. **10 Livros publicados após a morte de seus autores**. 9 Jan. 2012. Disponível em: <<http://listasliterarias.blogspot.com.br/2012/01/10-livros-publicados-apos-morte-de-seus.html>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **10 grandes escritores reconhecidos apenas após a morte**. 26 ago. 2013. Disponível em: <<http://listasliterarias.blogspot.com.br/2013/08/10-grandes-escritores-reconhecidos.html>>. Acesso em 5 dez. 2013.

KAFKA, Franz. **Metamorfose**. São Paulo: Melhoramentos, 2007.

LUYTEN, Joseph M. **O que é literatura popular**. São Paulo: Brasiliense, v. 98, 1983. (Coleção: Primeiros passos).

MACHIAVELLI, Nicolò. **O príncipe**. 3ª ed. rev. São Paulo: Martins fontes, 2004.

MARTINS FILHO, Plínio. Direitos autorais na Internet. **Ciência da Informação**: Brasília, v. 27, n. 2, p. 183-188, maio/ago. 1998.

MATTOSO, Glauco. **O que é poesia marginal**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros passos, v.43).

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1972.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. Vanguardas e pós-vanguardas na poesia brasileira: do concretismo à poesia marginal. **Ciências & Letras**, p. 5-75, n.7, jul./dez. 1986.

OLIVEIRA, Rodolpho Silva. Direito autoral: evolução e funcionalidade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 95, dez. 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10853&revista\\_caderno=7](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10853&revista_caderno=7)>. Acesso em 4 dez. 2013.

PEREIRA, Luma. Sucesso póstumo: alguns escritores que só alcançaram a fama depois de morrerem. In: **Saraiva conteúdo**, 2012. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/44426>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, José Luiz dos; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; FEIJÓ, Martin Cesar. **O que é cultura, contracultura, política cultural**. São Paulo: Circulo do livro, 1991. (Coleção primeiros passos, v. 14).

SASNOWSKI, Saúl. Direitos humanos – direitos culturais: tramas fronteiriças. In: SERRA, ALLENDE, Monica (org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005. p.143-151.

SOARES, Mei Hua. **A literatura marginal-periférica na escola**. São Paulo: USP, 2008. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../Mei\\_Hua\\_Soares.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../Mei_Hua_Soares.pdf)>. Acesso em 6 jan. 2014.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação é um direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

THOREAU, Henry David. **Desobedecendo**. São Paulo: Círculo do livro, 1990.

TUFANO, D.; SARMENTO, N. **Português: literatura, gramática, produção de texto**. São Paulo: Moderna, 2004.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. 12 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleções de materiais e informação**. Briquet de Lemos: Brasília, 2010. 120p.